

# jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Costano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## Que seria dos nossos candidatos sem a dívida?

Os eufóricos assessores do Palácio do Planalto certamente não primam pela modéstia. Tanto é assim que não tiveram nenhum problema em transformar as declarações do presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush, sobre a crise da dívida em mais uma vitória pessoal do presidente Sarney... De fato, segundo o porta-voz do Planalto, Carlos Henrique Santos, a mudança da política norte-americana representa o reconhecimento da proposta de "negociação solidária", lançada pelo Brasil na reunião do Grupo dos Oito, em outubro, na cidade de Punta Del Este. Animado por essa "vitória", o presidente Sarney pretenderia promover, logo no início de 1989, uma reunião entre os sete maiores devedores da América Latina e os sete países mais industrializados...

O importante, porém, é que a disposição de Bush de ajudar os países em desenvolvimento, que no final deste ano terão uma dívida conjunta de 1,3 trilhão de dólares, é real. "Temos grandes problemas, especialmente em nosso próprio hemisfério, na questão da dívida", disse o futuro presidente dos EUA. O que o preocupa são os graves problemas internos enfrentados pelos maiores devedores da América Latina, liderados pelo Brasil, México e Argentina. De fato, o quadro latino-americano é bastante desanimador. Altos índices de inflação, elevada transferência de recursos ao exterior e níveis reduzidos de investimento combinam-se com a falência total dos setores estatais para ameaçar as já débeis democracias da região.

Sinais de problemas políticos não faltam. Eles se manifestam na quase derrota do candidato do oligárquico PRI nas eleições presidenciais mexicanas, na vitória do populista Carlos Andrés Perez na Venezuela, no drama do presidente Alan Garcia, do Peru, que começou com grande ímpeto demagógico-populista e agora, com o país perto do caos, já fala em renunciar, na visível ascensão das esquerdas no Brasil e na possibilidade de vitória do peronista Carlos Saul Menem na Argentina. São realidades de um continente em crise, onde a questão da dívida externa só tem servido para ajudar a pregação dos adversários da democracia.

Ninguém ignora que as declarações de Bush foram motivadas por um relatório do Banco Mundial que sugere mudanças no Plano Baker. Para os especialistas do Bird, a ênfase da solução deve estar na redução voluntária da dívida existente, em vez da realização de novos empréstimos. O Plano Baker, tal como foi concebido, tinha como objetivo o ajustamento interno com crescimento nas economias endividadas do Terceiro Mundo e a concessão de novos empréstimos. Não obstante as diferenças de enfoque entre o relatório do Bird e o anúncio de mudanças no Plano Baker feito por Bush, essas duas posições comprovam o amadurecimento da idéia de uma abordagem totalmente inovadora para a questão da dívida.

No entanto, não há ainda motivos para declarações eufóricas ou demagógicas tão a gosto dos políticos da América Latina, pois, por melhor que seja essa nova abordagem, por mais suave que o problema do endividamento externo se torne, as principais dificuldades das economias latino-americanas — a total falência dos Estados, que se deve à generalizada incapacidade dos políticos, e a falta de fontes de financiamento para os projetos de investimento — continuarão presentes. Em uma análise lúcida dessa situação, Moeen A. Quershi, vice-presidente **senior** de Operações do Banco Mundial, lembra que hoje é fundamental "restabelecer o investimento produtivo como elemento chave na estratégia da dívida. Sem mais investimentos não se pode retomar o crescimento.

É lógico que os bancos comerciais, que nos anos 70 tiveram importante papel na concessão de empréstimos e financiamentos aos governos dos países em desenvolvimento, em razão de circunstâncias excepcionais (excesso de dólares dos países exportadores de petróleo), não poderão mais proporcionar os fundos necessários aos projetos de investimento. Para Moeen Quershi, "os emprestadores oficiais terão de assumir parcela maior do ônus de proporcionar novos capitais de investimento aos países em desenvolvimento. Mesmo para os países com capacidade para voltar ao mercado dentro de poucos anos as condições acessíveis de empréstimo dos anos 70 são coisa do passado.

Portanto, para um país como o Brasil uma nova abordagem do problema da dívida vai servir apenas para aliviar o fardo do passado que pesa sobre o presente e o futuro, mas não vai em absoluto resolver a questão fundamental do desenvolvimento: o relançamento do ritmo histórico de crescimento da nossa economia. O país precisa investir em projetos de infra-estrutura econômica e em todos os setores da infra-estrutura social (educação, saúde, saneamento, habitação etc.), e precisa também ampliar a capacidade produtiva da indústria, modernizando-a rapidamente, da agricultura e do setor de serviços para criar uma economia compatível com as necessidades de 150 milhões de pessoas, que logo serão 200 milhões.

Esse grande objetivo somente poderá ser alcançado com a entrada em massa de investimentos privados estrangeiros na economia brasileira, uma vez que o capital nacional é insuficiente para essa empreitada e os empréstimos e financiamentos dos bancos oficiais e multilaterais também não bastam para garantir o volume de recursos necessário para que o Brasil volte a crescer à taxa histórica de 7 a 8% ao ano.

Enfim, a situação não comporta dúvidas. O Brasil não está deixando de crescer só porque tem uma dívida de 120,1 bilhões de dólares. O peso do serviço dessa dívida é grande, mas o reconhecimento dessa realidade não implica aceitar a tese de que se deixarmos de pagar a dívida, como fez o Peru, teremos recursos para expandir nossa economia. Esses recursos só virão no dia em que a nossa classe política despertar para o mundo moderno e criar as condições (políticas e econômicas) internas para o ingresso maciço de investimentos de risco, em vez de considerar o mercado interno patrimônio nacional e de estabelecer distinções inconcebíveis entre empresa nacional e estrangeira.

Num país em que o espectro ideológico varia do nacionalisteirismo senil do senador Fagundes Gomes ao neoleoninismo **erundiniano**, passando pelo populismo neovarguista brizoliano, isso é totalmente impensável.

A nova abordagem do problema da dívida nessas condições, a eventual amenização dos pagamentos, só servirá para demonstrar como falam bobagem os que hoje atribuem a essa dívida a responsabilidade total pelos nossos sofrimentos.

Ainda que houvesse um **leite de pato** total, tudo continuaria dependendo de nossa capacidade de transformar em

realidade todas as mentiras que o governo Sarney está repetindo mais uma vez neste momento sobre a "reforma do Estado" brasileiro, de entender os princípios que regulam o funcionamento da economia mundial e de colocar o Brasil na direção correta, como fez Juscelino Kubitschek, que nos idos dos anos 50 teve a coragem de dizer não aos xenófobos defensores de um país autárquico, que consideravam o Estado o principal motor do desenvolvimento. A história dos últimos trinta anos provou que estavam errados, mas eles ainda não desistiram.

Só que desta vez o grande bode expiatório para as dramáticas conseqüências do nosso insuperável subdesenvolvimento político é a dívida externa. Que seria dos nossos candidatos sem a dívida?